

A complexidade do real: a diversidade dos conflitos sociais na escola pública¹

The complexity of the real: the diversity of the social conflicts in the public school

Décio Azevedo Marques de Saes ^(a); Maria Leila Alves ^(b)

(a) Professor Titular pela UNICAMP. Docente-pesquisador do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-graduação. Mestre em Educação, da Faculdade de Educação e Letras da Universidade Metodista de São Paulo. mdsaes@uol.com.br.

(b) Doutora em Educação pela UNICAMP. Docente-pesquisadora do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-graduação. Mestrado em Educação da Faculdade de Educação e Letras da Universidade Metodista de São Paulo.

Resumo

O objetivo deste artigo é caracterizar duas formas distintas de manifestação do conflito social dentro da escola pública no Brasil atual. De um lado, alunos de origem popular exprimem, através de comportamentos escolares divergentes, sua rebeldia diante de um padrão de ensino projetado para a classe média. De outro lado, alunos oriundos de famílias de trabalhadores manifestam, por meios violentos, ressentimento para com as instituições sociais e políticas, pois sentem que estas - sobretudo o Estado central - abandonaram os trabalhadores na era das políticas neoliberais. O diretor de escola pública deve levar em conta a diversidade dos conflitos sociais na escola, para que possa formular estratégias de ação adequadas.

Palavras-chave: Conflito. Classes populares. Classe media. Rebeldia. Ressentimento.

Abstract

¹ Este artigo é resultado de uma pesquisa que vimos desenvolvendo no projeto *Conflitos funcionais na instituição escolar da sociedade contemporânea*, no Programa de Pós-graduação - Mestrado em Educação da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). No processo de desenvolvimento desta pesquisa foram produzidos, anteriormente a este, os seguintes artigos: 1) *Problemas vividos pela escola pública: do conflito social aos conflitos funcionais (uma abordagem sociológica)*; 2) *Uma contribuição teórica à análise de conflitos funcionais em instituições escolares da sociedade capitalista*; 3) *O conflito social na escola pública (uma abordagem sociológica)*; 4) *Conflitos sociais e conflitos funcionais na escola pública*. (Ver bibliografia de referência)

This article analyses the two different kinds of social conflict that cross the Brazilian public schools. On the one hand, lower class students express their rebellion against schooling standards, projected for middle class students. On the other hand worker's sons express their resentment towards the social and political institutions; they feel that these institutions (mainly the central State) abandoned the manual workers since the beginning of the neoliberal politics. The difference between rebellion and resentment must be considered by those who want to find adequate ways of dealing with social conflicts in public schools.

Key-words: *Conflict. Working classes. Middle classes. Rebellion. Resentment.*

Introdução

No dia-a-dia, o diretor de escola pública enfrenta uma série de problemas de natureza distinta: administrativos, pedagógicos, sociais, e até mesmo políticos, quando tem de se relacionar com as forças políticas e as correntes partidárias alojadas nos diferentes ramos do aparelho de Estado. Seria conveniente para o gestor escolar, que em cada um desses domínios o problema a ser enfrentado fosse único, cuja resolução coubesse, igualmente, em uma única estratégia de ação. Infelizmente, a realidade é mais complexa que isso, já que cada um desses problemas pode se ramificar em dois, três ou mais.

Neste pequeno artigo, procuraremos indicar que o problema social enfrentado pelo diretor de escola pública, no Brasil atual, subdivide-se em pelo menos dois grandes problemas de natureza diversa, para os quais não se pode projetar uma estratégia de ação única. Cabe então aos pesquisadores da educação superar os modelos simplificados de análise desses problemas no cotidiano escolar. Desse modo, eles poderão contribuir para que o gestor escolar se torne consciente de que qualquer tratamento unilateral de tais problemas levará, inevitavelmente, a uma ação ineficaz.

A manifestação da rebeldia dentro da escola pública

A expressão corrente **problemas sociais** é a nossa senha de entrada para a temática especificamente sociológica dos conflitos sociais. Dentro da escola pública, podem ocorrer, além desses conflitos, outros de caráter estritamente administrativo ou pedagógico.

Nesse sentido, os conflitos sociais que ocorrem dentro da escola pública se distinguem desses outros tipo de conflito intra-escolar, antes de mais nada, pelo fato de que eles não são específicos da escola, ou seja, eles podem também acontecer no seio de outras instituições da sociedade atual, como a empresa, a família, a igreja etc. Seja qual for a instituição social em que eles se manifestem, os conflitos sociais consistem num desajuste entre os objetivos perseguidos pela instituição social em questão ou por grupos sociais diferenciados, como classes sociais antagônicas, diferentes frações de uma mesma classe social (por exemplo, a diferença, no seio da classe dominante, entre classe fundiária e classe capitalista).

O conflito social, tal qual ele se manifesta no espaço escolar, traduz a defasagem entre os objetivos de diferentes grupos sociais (classes sociais, ou frações de classe) que se encontram em situação formal de coexistência dentro desse espaço.

Em tese, o conflito social pode se manifestar aí com intensidade variável: no nível mais baixo, provoca tão somente pequenas fissuras no sistema escolar, suscetíveis de cicatrização mais ou menos rápida; no extremo oposto, ele chega à contestação do modelo vigente de escola. As diferenças quanto à intensidade de manifestação do conflito social na escola pública estão relacionadas com as diferenças quanto ao modo pelo qual o desajuste entre os objetivos perseguidos pelos diferentes grupos sociais se exprime no espaço escolar.

Por essa razão, optamos por abordar a presença de diferentes modalidades de conflito social na escola pública brasileira, partindo justamente da suposição de que o desajuste entre objetivos sociais

diferenciados pode se manifestar, dentro da instituição escolar, de modos diversos.

Nesta época, caracterizada pelo desmonte do aparelho estatal, pela implementação de políticas neoliberais e pelo crescimento do desemprego e da exclusão social, muito se tem falado da presença refratada do conflito social dentro das escolas públicas. Tal conflito seria o responsável pelas depredações e agressões, bem como pelas reações de indiferença ou mesmo hostilidade dos alunos diante das mensagens edificantes emitidas pelos professores acerca da importância dos mecanismos especificamente escolares de aquisição do conhecimento. É imperativo, entretanto, indicar que o rebatimento do conflito social dentro do espaço escolar público se faz de modo complexo e não homogêneo. Em todos os países nos quais o desmonte da máquina estatal e as políticas neoliberais foram implementados, o conflito social tendeu a se manifestar de duas formas distintas dentro do espaço escolar público: a forma da rebeldia e a forma do ressentimento.

A rebeldia consiste na resistência (mais ou menos organizada e mais ou menos violenta) ao tipo de ensino que é ministrado na escola pública. A atitude rebelde resulta da defasagem radical, que impera nas escolas públicas, entre o padrão de ensino e o perfil de classe da clientela escolar. O ensino público está predominantemente direcionado para um aluno dotado do perfil de criança de classe média. A clientela da escola pública, porém, é fundamentalmente composta por crianças das classes trabalhadoras manuais. Quanto às crianças da classe média, em função de cujo perfil cultural se organiza o ensino público, observa-se que geralmente elas freqüentam estabelecimentos escolares privados, o que instaura na escola pública um enorme paradoxo.

Veamos em que consiste o padrão de classe média do ensino público. Tal padrão nasce da conjugação de três elementos: a) o caráter tipicamente pequeno-burguês das diretrizes para o ensino, emanadas do aparelho de Estado sob a forma de parâmetros curriculares; b) o *habitus* dos professores de classe média; c) o próprio modo de organização do sistema escolar, favorecedor de um único e determinado tipo de prática pedagógica.

O resultado da conjugação, nada ocasional, desses elementos é a implementação de uma concepção teoricista a anti-praticista do ensino, concepção esta que subsiste mesmo quando professores bem-intencionados procuram combater o elitismo do ensino com conteúdos. Nossa afirmação acerca do caráter classista do ensino público pode também receber uma formulação politicamente mais incisiva: a escola pública abriga uma clientela maciçamente proletária, porém mostra-se impotente para criticar - com atos e na prática - a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, típica das sociedades de classe e presente de forma extremada na sociedade capitalista. Conseqüentemente, a escola pública se mostra incapaz de conduzir um processo de revalorização das conexões entre conhecimento científico, produção cultural e prática social.

A primeira grande evidência dessa limitação ideológica e política da escola pública é a não valorização sistemática da experiência dos alunos, enquanto prática social e de massa, enraizada na esfera do trabalho (de onde os alunos são oriundos). A escola pública tende, no máximo, a valorizar a prática individual, em correspondência com a valorização puramente protocolar da prática nas diretrizes curriculares oficiais.

A segunda grande evidência do confinamento ideológico-político da escola pública é a tendência sistemática, no plano pedagógico, à ocultação da conexão estreita entre a produção de conhecimentos e a prática social. Dito de outra forma: a prática pedagógica implementada na escola pública, como também na maioria das escolas privadas da sociedade capitalista, sugere que o conhecimento social avança sobre a base dos talentos individuais de uma elite dotada de aptidões excepcionais. Tal prática, indiretamente, aconselha os alunos oriundos das classes trabalhadoras manuais a se manterem afastados das atividades intelectuais.

Ainda assim, é possível que uma parte dos alunos proletários se submeta ideologicamente a esse padrão de ensino. E o contingente dos alunos submissos pode se subdividir em dois: uma minoria logra obter sucesso escolar, chegando inclusive à trajetória escolar longa (ensino superior), enquanto que a maioria tende a malograr na integralização da trajetória

escolar longa; e acaba culpando a si mesma pelo fracasso escolar. Esse panorama delineia mais uma situação social concreta em que a vítima assume subjetivamente a condição de culpado. Uma outra parte da clientela de origem popular tenderá, entretanto, a protestar utilizando-se de formas variadas de comportamento contra um ensino que está desajustado com relação às suas condições materiais de existência, que não dá resposta para seus problemas concretos e que não repercute seus interesses ou suas aspirações. Boa parte dos atos de indisciplina direcionadas aos professores ou o diretor, ou de hostilidade apontadas para o currículo escolar e os métodos de ensino, exprime o protesto social contra o alinhamento da vida escolar com os ideais ideológicos e culturais da classe média.

A intensidade do protesto social só pode aumentar quando os alunos de origem popular percebem, de modo mais ou menos consciente, o *escândalo* em que vive a escola pública. De um lado, ela se submete e se enquadra nos horizontes ideológicos e culturais da classe média; de outro lado, ela é preterida pela clientela de classe média, que vê no ensino privado a possibilidade real de acesso à qualidade de ensino e, portanto, de preparação para uma trajetória escolar longa. Rejeitada na prática por sua clientela preferencial (a classe média), a escola pública acaba direcionando seu produto específico (um ensino de “qualidade” projetado para a classe média) para uma clientela (as classes trabalhadoras manuais) despreparada para consumi-lo.

A manifestação do ressentimento dentro da escola pública

O conflito social também se manifesta, dentro da escola pública, sob uma segunda forma. Ao lado da atitude psicossocial de revolta, própria a uma parte dos alunos pobres, encontramos a exteriorização de um ressentimento proveniente de um outro contingente de crianças pobres. Não é possível, neste texto, reconstituir a instauração e o desenvolvimento da problemática sociológica do ressentimento, entretanto é preciso defini-lo como um fenômeno social específico, que não se confunde com a rebeldia e que dá uma

nova feição ao conflito social. Certos grupos sociais, ao invés de contestarem o sistema de lugares diferenciados e hierarquizados, reproduzido incessantemente pela sociedade capitalista, sentem-se injustiçados por ocuparem um lugar subalterno e altamente desfavorável dentro desse sistema. Assim, esses grupos passam a cobiçar, por razões perfeitamente explicáveis do ponto de vista sociológico, o lugar de algum outro grupo social (por exemplo, a classe média); e poderão agir de um modo violento e rancoroso, similar ao dos indivíduos que se sentem abandonados. Na prática, os grupos sociais ressentidos estão abdicando de uma postura de revolta, isto é, de contestação do sistema de lugares reproduzido pela sociedade capitalista. O ressentimento corresponde, na verdade, a uma “contestação” vazia e sem alvo, que produz um choque fragoroso com as instituições da sociedade capitalista, sem, contudo, questionar sua lógica de funcionamento e sua função orgânica na reprodução do modelo vigente de sociedade.

O cruzamento da rebeldia e do ressentimento na escola pública do Brasil atual

Em plena época das políticas neoliberais, o jovem de origem trabalhadora sente que ele e sua família, já vitimados pela estagnação econômica, pelo desemprego tecnológico e pela precarização das relações de trabalho, estão sendo abandonados também pelo Estado, sobretudo porque o Brasil tem vivido de modo caricatural o processo de desmonte que já assola o aparelho de Estado dos países capitalistas avançados. Porém, impossibilitado na prática de se manifestar cotidianamente contra o aparelho de Estado em geral, o jovem proletário tende a visar, para sua ação de protesto, à instituição mais contígua, mais presente e mais imediata para ele, que é a escola pública.

Em plena época de desemprego e de precarização crescentes, a especialização da escola em tarefas puramente educacionais e o não envolvimento funcional da escola com os problemas materiais das famílias dos alunos só podem ser vistos como um *escândalo* pelo aluno de origem

trabalhadora. Isto porque ele mantém contatos imediatos basicamente com a escola pública, e não com outras instituições sociais como a empresa, a repartição pública, a rede assistencial, os órgãos previdenciários etc. Portanto, esse aluno só pode endereçar à escola pública a sua queixa contra a precariedade da situação material de sua família e vai fazê-lo de modo agressivo e violento, abdicando da fixação de alvos didáticos visíveis.

Para os sociólogos que operam com a distinção teórica entre revolta e ressentimento, os dados produzidos por algumas pesquisas sobre violência escolar no ABC paulista são bastante sugestivos. Nas depredações, no vandalismo e na intimidação a diretores, professores e funcionários, a influência da atitude psicossocial de ressentimento parece ser infinitamente superior à da atitude psicossocial de revolta.

Talvez nem seja necessário apresentar aqui os riscos de uma maré de ressentimento popular, embora não custe lembrar que um amplo e profundo ressentimento popular foi a base social de massa para a implementação de projetos políticos autoritários de direita, como o nazismo e o fascismo.

Daí o importante papel ideológico do diretor de escola pública, comprometido com propostas de transformação social. No plano da ideologia escolar, ele deve reagir contra a submissão fatalista dos alunos pobres a um modelo de escola que os condena inapelavelmente ao fracasso escolar e profissional. Ou seja, ele deve se converter no agente ideológico da construção de um novo modelo de escola, voltado para a maioria social. No plano da luta ideológica geral, ao diretor de escola pública cabe exhibir os riscos do ressentimento popular, procurando ganhar os contingentes violentos e ressentidos para uma reação politicamente organizada contra o modelo vigente de escola e contra o modo de funcionamento das instituições centrais da sociedade capitalista. É claro que tal reação só pode se desenvolver à luz de uma estratégia política de longo prazo, cujo lugar central seja ocupado pela luta ideológica, dentro do próprio espaço escolar, contra a hegemonia (dominação ideológica) que uma minoria social (a burguesia) exerce sobre o conjunto da sociedade.

Referências

BAUDELLOT, Christian e ESTABLET, Roger. **L'école capitaliste en France**. Paris: Editora Maspero, 1971.

CIPEL, Saul. Reflexões sobre alguns aspectos neurológicos do aprendizado escolar. In: **Isto se aprende com o Ciclo Básico**. São Paulo: SE/CENP, 1990.

COLLARES, Cecília A. L. e MOYSÉS, Maria Aparecida A. **Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização**. São Paulo: Cortez/Campinas: UNICAMP/Faculdade de Educação e Faculdade de Ciências Médicas, 1996.

_____.; _____. A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico. (A patologização da educação). In: **Cultura e saúde na escola**. São Paulo: 1994. (Série Idéias, 23).

FERREIRA, Rosa Maria Fischer. **Meninos de rua: valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo**. São Paulo: Editora IBREX/CEDEC, 1979.

FARIA, Ana Lúcia G. **Ideologia no livro didático**. 4a ed. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1986.

GARCIA, Regina Leite. Um currículo a favor dos alunos das classes populares. In: **Concepções e experiências de educação popular**. Cadernos CEDES nº. 13. São Paulo: Editora Cortez/CEDES, 1984.

MOYSÉS, Maria Aparecida A. **A institucionalização invisível: crianças que não aprendem na escola**. Campinas/ SP: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2001.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Superando a dicotomia administrativo-pedagógica**. São Paulo: SE/CENP, 1986.

_____. **A direção e a questão pedagógica**. São Paulo: SE/CENP, 1988.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. Campinas/São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1980, p. 189-91.

SAES, Décio Azevedo Marques de; ALVES, Maria Leila. **Conflitos sociais e conflitos funcionais na escola pública**. Anais do 8º Seminário Estadual da ANPAE. Política e Administração da Educação: teorias e práticas. Sorocaba/SP: UNISO, 2003.

_____. **O conflito social na escola pública (uma abordagem sociológica)** Recife/PE: Anais do XXI Simpósio Brasileiro de Política e Administração e III

Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação .Espaço Público e Gestão da Educação: desafios de um novo tempo., 2003. (no prelo)

_____. **Problemas vividos pela escola pública: do conflito social aos conflitos funcionais (uma abordagem sociológica).** São Bernardo do Campo/SP: UMESP. (mimeo)

_____. **Uma contribuição teórica à análise de conflitos funcionais em instituições escolares da sociedade capitalista.** Anais do V Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste/ANPED . Fórum de Coordenadores de Pós-Graduação em Educação. Águas de Lindóia/SP, 2002.

SILVA, Evileine Assis. **O papel do diretor: um estudo de representações de diretores de São Bernardo do Campo.** São Bernardo do Campo, 2002. Dissertação de Mestrado Faculdade de Educação e Letras da UMESP,

TORT, Michel. **O quociente intelectual.** Lisboa: Editorial Notícias, 1976.

VIAL, Monique. Um desafio à democratização do ensino: o fracasso escolar. In: Zaia Brandão (org.) **Democratização do ensino: meta ou mito?** 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1987.